

C 20-1 (DEP)



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA

**GLOSSÁRIO DE TERMOS E
EXPRESSÕES DE
EDUCAÇÃO E CULTURA**

1ª Edição

2007

NOTA

Os usuários deste Glossário são solicitados a apresentar sugestões que possam ampliar a sua clareza e exatidão. As observações feitas deverão referir-se à página, ao tópico e à linha do texto correspondente à modificação sugerida. Justificativas devem ser apresentadas sobre cada observação, a fim de assegurar compreensão e exata avaliação. As sugestões deverão ser enviadas ao Departamento de Ensino e Pesquisa.

**GLOSSÁRIO DE TERMOS E EXPRESSÕES DE EDUCAÇÃO E
DE CULTURA**

ÍNDICE DOS ASSUNTOS

	Pag
APRESENTAÇÃO	
1. FINALIDADE.....	2
2. OBJETIVOS.....	2
3. REFERÊNCIAS.....	3
Letra A.....	10
Letra B.....	21
Letra C.....	22
Letra D.....	32
Letra E.....	35
Letra F.....	41
Letra G.....	43
Letra H.....	45
Letra I.....	46
Letra J.....	49
Letra L.....	50
Letra M.....	51
Letra N.....	54
Letra O.....	55
Letra P.....	57
Letra Q.....	63
Letra R.....	64
Letra S.....	68
Letra T.....	71
Letra U.....	76
Letra V.....	77

GLOSSÁRIO DE TERMOS E EXPRESSÕES DE EDUCAÇÃO E DE CULTURA

APRESENTAÇÃO

1. FINALIDADE

Apresentar conceitos de termos e expressões utilizadas na educação e na cultura no âmbito do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) e em suas organizações militares subordinadas e/ou vinculadas.

2. OBJETIVOS

a. Facilitar o entendimento comum de termos e expressões utilizados na educação e na cultura militar pelos integrantes dos sistemas de ensino e de cultura dos quais o DEP é o órgão central.

b. Contribuir para a padronização do emprego de termos e expressões relacionados com a educação e a cultura utilizados nos respectivos sistemas.

c. Ampliar a divulgação de conceitos que, embora de interesse geral, encontram-se definidos em textos de difusão limitada.

3. REFERÊNCIAS

a. Leis nº

1) 5.700, de 01 Set 71 - Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências.

2) 6.880, de 09 Dez 80 - Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

3) 9.394, de 20 Dez 96 - Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

4) 9.786, de 08 Fev 99 - Aprova a Lei do Ensino no Exército.

5) 9.795, de 27 Abr 99 - Aprova a Política Nacional de Educação Ambiental.

b. Decretos nº

1) 3.182, de 23 Set 99 - Aprova o Regulamento da Lei do Ensino no Exército.

2) 5.773, de 09 Maio 06 - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no Sistema Federal de Ensino.

c. Portaria do Ministério da Defesa nº

- 196, de 22 Fev 07 - Aprova o Glossário das Forças Armadas (MD 35-G-01, 4ª Edição).

d. Portarias do Ministério do Exército (M Ex) nº

1) 1.043, de 01 Nov 85 - Regulamenta sobre certificados e diplomas no âmbito do Exército.

2) 384, de 28 Abr 86 - Altera as normas que regulam a concessão de diplomas e certificados de conclusão de cursos no Exército.

e. Portarias do Ministério da Educação nº

1) 033/DAU/MEC, de 02 Ago 78 - Estabelece a sistemática de registro dos cursos do ensino superior.

2) 2.530/MEC, de 04 Set 02 - Dispõe sobre reconhecimento de programas de pós-graduação.

f. Portarias do Comandante do Exército (Cmt Ex) nº

1) 092, de 26 Set 97 - Aprova o Manual do Instrutor (T 21-250).

2) 181, de 26 Mar 99 - Estabelece a equivalência de cursos no âmbito do Exército.

- 3) 517, de 26 Set 00 - Define Ciências Militares.
- 4) 549, de 06 Out 00 - Aprova o Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército (R-126).
- 5) 011, de 10 Jan 01 - Aprova as Instruções Gerais para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (IG 10-51).
- 6) 327, de 06 Jul 01 - Instruções Gerais para a Criação, Organização, Funcionamento e Extinção de Espaços Culturais (IG 20-18).
- 7) 715, de 06 Dez 02 - Aprova a Política de Ensino.
- 8) 716, de 06 Dez 02 - Aprova a Diretriz Estratégica de Ensino.
- 9) 292, de 09 Maio 05 - Aprova as Instruções Gerais para os Instrutores, Monitores e Agentes Indiretos do Ensino (IG 60-03).
- 10) 615, de 06 Set 06 - Aprova o Regulamento do Departamento de Ensino e Pesquisa (R-152) e dá outras providências.

g. Portarias do Estado-Maior do Exército (EME) nº

- 1) 061, de 30 Set 85 - Aprova as instruções reguladoras para elaboração, identificação, numeração e difusão de manuais de campanha, manuais técnicos e instruções provisórias (IR 20-02).
- 2) 088, de 19 Set 91 - Aprova as instruções provisórias IP 20-10 - liderança militar, primeira edição, 1991
- 3) 121, de 19 Dez 03 - Aprova o Manual de Campanha C 20-1 - Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército, 3ª Edição, 2003.
- 4) 034, de 05 Abr 04 - Estabelece as atribuições do DEP relativas à orientação-técnica pedagógica.

5) Port nº 135-EME, de 08 Nov 05 - Diretriz para o Planejamento de Cursos e Estágios do EB.

h. Portarias do Departamento de Ensino e Pesquisa nº

1) 0120, de 12 Maio 98 - Estabelece a Conceituação dos Atributos da Área Afetiva.

2) 102, de 28 Dez 00 - Aprova as Normas para Elaboração do Conceito Escolar (NECE).

3) 103, de 28 Dez 00 - Aprova as Normas para Elaboração e Revisão de Currículos (NERC).

4) 104, de 28 Dez 00 - Aprova as Normas para Elaboração dos Instrumentos da Avaliação Educacional (NEIAE).

5) 069, de 02 Set 02 - Aprova as Instruções Reguladoras para Concessão de Notório Saber (IR 60-47).

6) 002, de 10 Jan 03 - Aprova a Diretriz para Gestão Escolar nas Linhas de Ensino Militar Bélico, de Saúde e Complementar.

7) 015, de 27 Fev 03 - Aprova o Regimento Interno do Departamento de Ensino e Pesquisa RI/R-152.

8) 022, de 31 Mar 03 - Dá nova redação a itens das Normas para Elaboração de Conceito Escolar.

9) 026, de 03 Abr 03 - Aprova as Normas para Avaliação Educacional (NAE).

10) 100, de 20 Out 04 - Normas para Avaliação Psicológica nos processos seletivos no âmbito do Exército Brasileiro.

11) 112, de 24 Nov 04 - Altera as Normas para Avaliação Educacional (NAE) aprovadas pela Portaria nº 26/DEP, de 03 Abr 03.

12) 038, de 03 Maio 06 - Aprova as Instruções Reguladoras dos Critérios de Avaliação Educacional a serem seguidos pelos

estabelecimentos de ensino e organizações militares subordinados ou vinculados (IR 60-34).

13) 134, de 18 Out 06 - Subdelega competência para suprir ou conceder titulações e graus universitários ou superiores aos concludentes dos cursos de graduação e de pós-graduação realizados em estabelecimentos de ensino do DEP.

14) 135, de 31 Out 06 - Aprova as Instruções Reguladoras da Organização e da Execução dos Cursos de Graduação, de Especialização-Profissional, de Extensão e de Pós-Graduação, no âmbito do DEP (IR 60-37).

15) 154, de 07 Dez 06 - Aprova as Instruções Reguladoras para o Reconhecimento e o Suprimento do Notório Saber, no âmbito do DEP (IR 60-47).

16) 155, de 07 Dez 06 - Aprova as Instruções Reguladoras para o Reconhecimento e o Suprimento do Notório Saber, no âmbito do DEP (IR 60-47).

17) 004, de 13 Mar 07 - Aprova as Instruções Reguladoras para Concessão, Diplomação, Certificação, Apostilamentos e Registro de Cursos Conduzidos por Instituições de Ensino Superior Subordinadas ou Vinculadas ao Departamento de Ensino e Pesquisa.

18) 096, de 05 Out 07 - Altera as Normas para Avaliação Educacional (NAE), aprovadas pela Portaria nº 26-DEP, de 03 Abr 03.

i. Pareceres do Ministério da Educação nº

1) 977/CFE, de 03 Dez 65 - Define cursos de pós-graduação (Parecer “Sucupira”).

2) 1.295/CNE/CES, de 06 Nov 01 - Reconhece as Ciências Militares e sua inclusão no rol das ciências estudadas no País e registro homologado pelo Ministro de Estado da Educação (publicado no DOU nº 85-Seç I, de 26 Mar 02).

j. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

1) ABNT NBR 6023 - Informação e documentação - Referências - Elaboração.

2) ABNT NBR 6024 - Numeração progressiva das seções de um documento - Procedimento.

3) ABNT NBR 6027 - Sumário - Procedimento.

4) ABNT NBR 6028 - Resumos - Procedimento.

5) ABNT NBR 6034 - Preparação de índice de publicações - Procedimento.

6) ABNT NBR 14724 - Informação e Documentação - Trabalhos Acadêmicos - Apresentação.

7) ABNT NBR 10520 - Informação e Documentação - Apresentação de Citações em Documentos.

8) ABNT NBR 10524 - Preparação da Folha de Rosto de Livro - Procedimento.

k. Normas da Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA)

- Normas Internas de Supervisão Escolar (NISE), aprovadas pelo Aditamento da DEPA ao Boletim Interno do DEP nº 25, de 06 Abr 04.

l. Autores diversos

1) Aretio, L. Garcia. Educación a distancia hoy. Madrid: UNED, 1994.

2) Galvis, A. H. Ingeniería de software educativo. Santa Fé, Bogotá: ed. Uniandes, 1992.

3) Gardner, Howard. Inteligências Múltiplas -a Teoria na Prática. Porto Alegre: ed. Artmed, 2001.

4) Goleman, Daniel. Inteligência Emocional/ Rio de Janeiro: ed. Objetiva, 2001.

5) Lehtinen, E., et al. Computer Supported Collaborative Learning: ed. A Review.

6) Libâneo, José Carlos. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. João Pessoa: ed. Alternativa, 2001.

7) Kline, Paul. Psicologia da Orientação Vocacional. Rio de Janeiro: ed. Sahar, 1980.

8) Neder, Maria Lúcia Cavalli et al. A educação a distância: sobre discursos e práticas. Brasília: ed. Silver Sieno, 2005

9) Nova, Cristiane (orgs). Educação a Distância: uma nova concepção de aprendizado e interatividade. São Paulo: ed. Futura, 2003.

10) Perrenoud, Philippe. Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza. Porto Alegre: ed. Artmed, 2001.

11) Sceeffer, Ruth. Aconselhamento Psicológico. São Paulo: ed. Atlas, 1985.

12) Silva, Marco. EAD *on line*, Civercultura e Interatividade.

A

ABREVIATURA – Representação de uma palavra por meio de alguma(s) de suas sílabas ou letras.

ACERVO – É o conjunto dos bens e documentos de toda natureza que fazem parte do patrimônio de um espaço cultural.

ACOMPANHAMENTO – Processo pelo qual se observa, por um tempo determinado, um fenômeno, fato, pessoa ou grupo na busca de um diagnóstico.

ACOMPANHAMENTO DO RENDIMENTO ESCOLAR – Faz parte das atribuições da seção psicopedagógica, da seção técnica de ensino (ou coordenação pedagógica) e das seções de ensino ou equivalentes o acompanhamento e a orientação dos discentes.

ACONSELHAMENTO – Relação face a face de duas pessoas, na qual uma delas é ajudada a resolver dificuldades de ordem educacional, profissional ou vital e a utilizar melhor os seus recursos pessoais.

ACUIDADE – Capacidade de discriminar estímulos sensoriais.

ACUIDADE AUDITIVA – Capacidade de discriminar sons e suas variações

ACUIDADE VISUAL – Capacidade de discriminar símbolos, cores, formas etc.

ADESTRAMENTO (ou Treinamento) – Atividade desenvolvida na área do ensino, destinada a exercitar pessoas, individualmente ou em grupo, visando o desenvolvimento de habilidades para o desempenho eficaz de tarefas.

AGENTES DE ENSINO – Todas as pessoas envolvidas nas atividades de educação (ensino e pesquisa) e administrativas pertinentes ao processo ensino-aprendizagem.

Agentes diretos do ensino – são os professores civis e militares, os instrutores e os monitores que atuam no processo ensino-aprendizagem.

Agentes indiretos do ensino – são os especialistas em educação e os auxiliares de ensino (coordenadores pedagógicos, supervisores, psicopedagogos, psicólogos, pedagogos, orientadores, integrantes da divisão de ensino, seção técnica de ensino, seção de pós-graduação, corpo de alunos ou de cadetes).

ALUNO – 1. Pessoa que recebe instrução e/ou educação de algum mestre, ou mestres, em estabelecimento de ensino ou particularmente; estudante, educando, discípulo, discente. - 2. Aquele que aprende.

AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) – O ambiente de aprendizagem é um sistema que fornece suporte a qualquer tipo de atividade realizada pelo aluno, isto é, um conjunto de ferramentas que são usadas em diferentes situações do processo de aprendizagem. Com uma abundância de novos espaços eletrônicos de interação e a explosão da educação a distância, há a tendência de que esses espaços eletrônicos sejam cada vez mais utilizados para facilitar a aprendizagem, tanto como suporte para distribuição de materiais didáticos quanto como complementos aos espaços presenciais de aprendizagem.

AMOSTRA – Número limitado de observações, fatos ou indivíduos, extraído de uma população, através de técnicas de amostragem. A amostra pode ser estabelecida ou estimada, em uma pesquisa, as características da população.

ANÁLISE OCUPACIONAL – Estudo de uma atividade profissional, por meio da descrição dos elementos que a ela se referem. É empregada para elencar as tarefas, o instrumental utilizado e as principais características e exigências necessárias aos ocupantes da atividade.

APOSTILAMENTO – Procedimento que acrescenta, reforma ou complementa informações quanto ao concludente, curso ou programa de pós-graduação, docência, legislação, datas ou Estabelecimento de ensino. É feito no verso do diploma e do certificado.

APRENDER-A-APRENDER – É um proclamado lema educacional, tem sua origem em pedagogias da Escola Nova que defendem métodos ativos de aprendizagem, onde se destaca o *learning by doing* (aprender fazendo) que Dewey propôs. A idéia foi sendo influenciada por pesquisas da pedagogia, psicologia, filosofia e sociologia, entre outras e atualmente fala-se nas pedagogias do aprender a aprender. Possui um conceito amplo, é construído na vivência escolar, e em última instância conduz o discente a concentrar-se na seleção das informações relevantes e construir um pensamento próprio, utilizando para tal estratégia de aprendizagem. O papel do docente no aprender-a-aprender consiste em conduzi-lo na busca do conhecimento, evitando que ele fique solitário, é, desta feita, ajudá-lo no descobrimento de suas possibilidades de aprender, orientá-lo nas suas dificuldades, indicar métodos de estudo, estratégias e atividades que o levem a agir de forma autônoma, responsável, capaz de construir respostas para os problemas que enfrenta e uma abertura contínua à experiência, uma incorporação do processo de mudança.

APRENDER-A-CONHECER – É o aumento dos saberes, que permite compreender melhor o ambiente sob os seus diversos aspectos, favorece o despertar da curiosidade intelectual. Estimula o sentido crítico e permite compreender o real, mediante a aquisição de autonomia na capacidade de discernir. Aprender-a-conhecer supõe, antes de tudo, aprender-a-aprender, exercitando a atenção, a memória e o pensamento. O processo de aprendizagem do conhecimento nunca está acabado, e pode enriquecer-se com qualquer experiência. É um dos quatro pilares da educação.

APRENDER-A-FAZER – Indissociável do aprender-a-conhecer, vai da noção de qualificação profissional à noção de competência aplicável ao trabalho e às experiências sociais ao longo da vida. É um dos quatro pilares da educação.

APRENDER-A-SER – Atitude adotada para melhor desenvolver a personalidade e para posicionar o cidadão na altura de agir com autonomia, discernimento e responsabilidade. É a importância da educação como contribuição para o desenvolvimento total da pessoa, não negligenciando as potencialidades de cada indivíduo. É um dos quatro pilares da educação.

APRENDER-A-VIVER JUNTOS – Constitui-se na compreensão do outro e de si mesmo, é aprender a conviver com os outros, sendo capaz da realização de objetivos e projetos comuns. É ter consciência das semelhanças, das diferenças e das interdependências dos seres humanos. Consiste na autopreparação para o eficaz trabalho em equipe mediante o compartilhamento do conhecimento individual, do desenvolvimento do hábito do “ouvir” e da prática de procedimentos pró-ativos. É um dos quatro pilares da educação.

APRENDIZAGEM – Mudança no comportamento de um indivíduo que resulta de uma interação com o meio, ampliando o seu repertório de respostas e de conhecimentos.

APRENDIZAGEM COLABORATIVA – A característica essencial da aprendizagem colaborativa é que o sucesso de um estudante ajuda os outros estudantes a obterem sucesso. Na aprendizagem colaborativa, os estudantes trabalham juntos para alcançar um objetivo comum. Este objetivo é alcançado através da interação entre todos os membros de um grupo.

APTIDÃO – Característica individual relativamente estável, que pode ser inata e estimulada ou desenvolvida pela aprendizagem.

APTIDÃO MORAL – Característica individual que expressa os valores morais e éticos internalizados.

ÁREA AFETIVA – Área do conhecimento e do comportamento que abrange os interesses, as atitudes (predisposições para agir), os valores, as crenças e o ajustamento a situações sociais que surgem na cultura e no grupo em que se vive. O ser humano sempre age como um organismo global, uma resposta afetiva se correlaciona com uma cognitiva e uma psicomotora. Esta divisão é meramente didática, para fins de sistematização, permitindo aos docentes e aos discentes melhor compreensão dos resultados importantes e desejáveis da aprendizagem.

ÁREA COGNITIVA – Área do conhecimento e do comportamento, que enfatiza os aspectos intelectuais e culturais, engloba os conhecimentos técnicos necessários aos diferentes cursos. O ser humano sempre age como um organismo global, uma resposta cognitiva se correlaciona com uma afetiva e uma psicomotora. Esta divisão é meramente didática, para fins de sistematização, permitindo a docentes e discentes melhor compreensão dos resultados importantes e desejáveis da aprendizagem.

ÁREA DE ESTUDO – Ver em matéria - forma de abordagem.

ÁREA PSICOMOTORA – Área do conhecimento e do comportamento que enfatiza os aspectos motores, psicomotores e todas as suas peculiaridades. O ser humano sempre age como um organismo global, uma resposta psicomotora se correlaciona com uma afetiva e uma cognitiva. Esta divisão é meramente didática, para fins de sistematização, permitindo a docentes e discentes melhor compreensão dos resultados importantes e desejáveis da aprendizagem.

ÁREAS DA APRENDIZAGEM – Ver domínios comportamentais.

ARTIGO CIENTÍFICO (ou ensaio ou *paper*) – Forma de expressão escrita, de extensão relativamente pequena e redigida em linguagem científica. Destina-se a publicação em revistas ou periódicos especializados, com o objetivo de divulgar os resultados, ainda que parciais, de pesquisas em uma área específica. Pode, ainda, constituir-se em parte de uma publicação com autoria declarada, apresentando e discutindo idéias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento.

ASSUNTO – Representa o tópico da disciplina que deve ser trabalhado no processo ensino-aprendizagem. Os assuntos são registrados no plano de disciplina (PLADIS) grupados em unidades didáticas (UD). Junto com a seleção de assuntos o(s) docente(s) indica(m) a bibliografia de apoio. Os assuntos são operacionalizados através dos objetivos específicos.

ASSUNTOS DA ATUALIDADE – Têm por objetivo despertar o interesse do discente no acompanhamento dos fatos que ocorrem no mundo e no país, sobretudo de estimulá-lo a interpretá-los, no nível de sua competência presente e futura, concluindo sobre as repercussões para as Forças Armadas, particularmente para o

Exército. É, também, fundamental que o discente perceba a rapidez do fluxo das informações e as mudanças que ocorrem no mundo, obrigando-o a uma análise do fato na oportunidade de sua ocorrência. Assim sendo, devem ser tratados imediatamente à sua ocorrência, de forma simples e, para tanto, cada estabelecimento de ensino deve prever uma reserva de carga horária, visando dar ao curso flexibilidade para inclusão destes assuntos novos, na complementação do ensino.

ATENÇÃO – Capacidade de fixar a percepção em determinados objetos e/ou atividades.

ATENÇÃO A DETALHES – Focalizar a atenção sendo capaz de perceber as partes de um todo.

ATENÇÃO CONCENTRADA – Focalizar a atenção numa determinada atividade em detrimento de outras concorrentes.

ATENÇÃO DIFUSA – Capacidade de perceber e atender, organizada e concomitantemente a várias solicitações, em dado momento.

ATITUDE – É um estado interno adquirido que influi na seleção de ações pessoais, em relação a algum objeto, pessoa ou evento. É uma predisposição para agir de determinada maneira.

ATIVIDADE – Ver em matéria - forma de abordagem.

ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO – Atividades que não estão diretamente relacionadas às disciplinas de um curso, mas que são importantes para o discente, considerando a sua vida profissional como militar. Estas atividades podem englobar temas de um curso, tais como visitas e viagens vinculadas a mais de uma disciplina, palestras sobre assuntos da atualidade. Nesse item cada estabelecimento de ensino deve prever uma reserva de carga horária, visando dar ao curso flexibilidade para inclusão de assuntos novos que necessitem ser tratados durante o ano letivo.

ATIVIDADE LIVRE – Tem sua carga horária prevista na complementação do ensino, deve ser distribuída, ao longo do ano letivo. A atividade livre visa a permitir que o discente estude, tire dúvidas de assuntos junto ao corpo docente, compareça à biblioteca ou faça qualquer atividade de seu livre arbítrio. Esta atividade estimula a dedicação, a responsabilidade e o senso de organização. A sua alocação no Plano Geral de Ensino (PGE) deve valer-se de períodos diurnos, preferencialmente no meio de uma jornada de trabalho. Sempre que possível deve estar enquadrada entre duas atividades presenciais. É atividade registrada, obrigatoriamente, nos Quadros de Distribuição de Tempo.

ATIVIDADE NÃO-PRESENCIAL – É a atividade que consome carga horária da disciplina, principalmente objetivando a desenvolver a criatividade, a responsabilidade, a cooperação, a construção de hábitos e métodos de estudo, a objetividade e a dedicação. Cabe à Divisão de Ensino estimular ao máximo e fiscalizar o uso desta atividade. Exige do docente criatividade e dedicação, no sentido de viabilizar a sua condução pelo método de ensino individual ou em grupo. Por ser estritamente relacionada com a técnica de ensino, cabe ao docente delimitar a sua duração e os momentos de sua realização.

ATIVIDADE PEDAGÓGICA – É realizada mediante experiências vividas pelo próprio educando no sentido de que atinja, gradativamente, a sistematização de conhecimentos. Os conhecimentos não podem ser passados para o aluno como algo pronto, acabado.

ATIVIDADE PRESENCIAL – Atividade incluída na carga horária da disciplina, que reúne, em caráter obrigatório discentes com a presença do docente, em local e hora determinados pelo estabelecimento de ensino.

ATRIBUTO DA ÁREA AFETIVA – Característica relativamente consistente do indivíduo para responder, de uma determinada maneira, em todas as situações vivenciadas.

AUTO-APERFEIÇOAMENTO – 1. **Atitude para aprendizagem** - disposição ativa para mobilizar seus recursos internos, visando aprimorar e atualizar seus conhecimentos. - 2. **Atividade de aquisição de conhecimentos** - conduzida individualmente, em horário de livre escolha do interessado, valendo-se de fontes de consulta diversificadas.

AUTOR – Pessoa física responsável pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de um documento.

AUTORIZAÇÃO – É o ato que corresponde à determinação para um Estabelecimento de ensino credenciado ministrar um curso; sua dinâmica admite a prorrogação e a cassação.

AUXILIARES DE ENSINO – São militares e civis, possuidores de educação básica, nível médio, classificados ou nomeados para cargos específicos nas divisões de ensino dos estabelecimentos de ensino, nos ODS e nos órgãos de apoio. Os auxiliares de instrutor previstos nos quadros de cargos previstos (QCP) são equiparados a instrutores.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM – Ver avaliação educacional.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – Processo por meio do qual uma ou mais pessoas formulam julgamentos sobre a atividade

profissional de outras, baseado em observações sistemáticas e/ou assistemáticas.

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL (ou avaliação da aprendizagem) – Processo sistemático que determina a extensão na qual os objetivos educacionais, constantes do currículo e dos planos de disciplina (PLADIS), foram alcançados. Deve ser contínua e indissociável do processo ensino-aprendizagem, onde o momento de ensinar é simultâneo ao de avaliar. Considera o discente como um ser integral, em todas as dimensões: afetiva, cognitiva e psicomotora. A avaliação é um processo que visa ao aperfeiçoamento do discente, do docente, do estabelecimento de ensino e do ensino do Exército. A avaliação possui as seguintes modalidades:

Avaliação Diagnóstica – tem por objetivo determinar o nível em que um discente (ou grupo) domina os objetivos previstos para iniciar um curso, disciplina, unidade didática ou assunto.

Avaliação Formativa – tem por objetivo acompanhar o discente durante todo o período do curso e conduzi-lo ao pleno alcance dos objetivos educacionais nas áreas afetiva, cognitiva e psicomotora. Deve ser diária e contínua, permitindo o rápido retorno de como está se processando a aprendizagem e a interação docente e discente, o que propicia a mudança imediata de rumos quando o resultado esperado não é atingido; **não resulta em notas**; com a visão da avaliação formativa o processo educacional deixa de ser punitivo e passa a valorizar o aperfeiçoamento do discente.

Avaliação Somativa – tem por objetivo verificar de forma quantitativa e qualitativa o nível em que os objetivos de ensino foram alcançados durante uma disciplina, um curso ou parte dele. Os seus resultados são expressos por notas ou menções.

AVALIAÇÃO LATERAL ou HORIZONTAL – Avaliação feita por pares. Em função da proposta pedagógica do curso, pode participar com um percentual no resultado final do curso ou pode ser utilizada, somente, para treinamento dos discentes, futuros avaliadores. Também serve de subsídio para a avaliação vertical (instrutor ou professor). Nas escolas em que a avaliação lateral influi no resultado final do curso, os discentes deverão receber orientação, pela divisão de ensino, acerca dos erros e distorções mais comuns neste processo e da sua responsabilidade na avaliação dos seus pares.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – Avaliação realizada com a finalidade de acompanhar e diagnosticar as ações de todo sistema escolar (infra-estrutura escolar, rendimento escolar dos alunos, docentes e trabalho de coordenação pedagógica). Permite, além de avaliar resultados, estabelecer indicadores, parâmetros, procedimentos e formas para superação de problemas educacionais.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA – Tem por finalidade aferir o grau de compatibilidade das características intelectivas, motivacionais e de personalidade dos

candidatos com os perfis psicológicos exigidos pelo curso, atividade ou função objeto da avaliação. A avaliação psicológica tem por objetivo prognosticar, entre os candidatos, as características psicológicas necessárias para matrícula em curso ou ao desempenho de atividade ou função pretendida.

AVALIAÇÃO VERTICAL – Avaliação feita por docentes (instrutores, monitores e professores) ou superiores hierárquicos. Os avaliadores deverão receber orientação, pela Divisão de Ensino, acerca dos erros e distorções mais comuns neste processo e da sua responsabilidade na avaliação dos seus discentes.

B

BACHARELADO (ou bacharelato) – é um tipo de diploma acadêmico conferido em nível de graduação correspondente ao primeiro grau universitário.

BAREMA – Tabela em que se registram os valores incidentes sobre itens, subitens e questões de uma prova, visando à obtenção do grau final.

BEM CULTURAL – É qualquer bem que, por motivos religiosos ou profanos, tenha sido expressamente designado pelo Estado como de importância para a arqueologia, a pré-história, a literatura, a arte ou a ciência.

BEM HISTÓRICO – É todo bem cultural que, pelas suas características, sirva como fonte para a pesquisa histórica; do museu militar.

C

CAPACIDADE – Habilidade ou aptidão que uma pessoa possui para realizar uma tarefa ou atingir a um objetivo.

CAPACITAÇÃO – É o treinamento realizado com um indivíduo ou grupo, visando a desenvolver suas competências para exercer determinadas funções, dentro de uma organização militar.

CAPES – A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma fundação do Ministério da Educação que desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. Sua missão é focada na formação de pessoal qualificado no Brasil e no exterior. As atividades da CAPES podem ser agrupadas em quatro grandes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas: avaliação da pós-graduação stricto sensu; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; e promoção da cooperação científica internacional.

CARGA HORÁRIA – É o somatório do número de sessões (horas) destinadas ao desenvolvimento das unidades didáticas (UD), considerando os tempos presenciais, não-presenciais, tempos destinados à avaliação da aprendizagem e à retificação. A carga horária total do curso é a soma das cargas horárias das disciplinas e a carga horária destinada às atividades de complementação do ensino.

CARGO MILITAR – É um conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidos a um militar em serviço ativo.

CASA HISTÓRICA – É a casa onde nasceu ou morou algum vulto importante do Exército, que abrigou algum órgão da sua estrutura organizacional, ou onde ocorreu algum acontecimento de destaque ligado ao passado da Instituição;

CATALOGAÇÃO – É o registro, em documento adequado, de todas as informações existentes sobre um objeto, que permita a sua identificação e controle;

CERTIFICADO – Documento declaratório de conclusão de curso, cuja correspondência universitária ensejará o grau acadêmico de especialização *lato sensu*.

CHANCELA – Impressão do nome, identidade e função das autoridades responsáveis por qualquer apostilamento. Pode ser usado carimbo ou meio eletrônico. Deverá ser rubricada.

CHAT – É uma das mais conhecidas ferramentas de interatividade síncrona da internet. Ela proporciona contato em tempo real entre os participantes, através de uma janela com texto. O *chat* é bastante utilizado em cursos a distância, inclusive servindo como uma ferramenta de integração e de incentivo à participação ativa no curso.

CIBERESPAÇO – Designa o universo das redes digitais, um espaço no qual “todo elemento de informação encontra-se em contato virtual com todos e com cada um”.

CIÊNCIA – É o conjunto de conhecimentos relativos a uma área do saber que comprova e confirma repetidamente sua posição no mundo científico, pois se vale de métodos próprios, comunicação e apresentação formal do conhecimento, através do desenvolvimento de trabalhos e pesquisas científicas.

CIÊNCIAS MILITARES – É o conjunto de conhecimentos relativos à esfera militar, obtidos mediante a observação, a experiência dos fatos e método próprio. Tem por finalidade a formulação doutrinária e a preparação dos planejadores e gestores dos recursos colocados à disposição da Força Terrestre para o cumprimento de sua missão constitucional.

CITAÇÃO – Menção, no texto, de uma informação extraída de outra fonte.

COLEÇÃO - É o conjunto ou a reunião de objetos da mesma natureza ou que guardam relação entre si.

COMPETÊNCIA – É a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.) para solucionar uma série de situações, ou seja, é a transformação de conhecimentos, aptidões, habilidades, interesses e vontade em resultados práticos.

COMPORTAMENTO – Conjunto de respostas ou reações de um organismo aos estímulos recebidos do seu meio.

CONCESSÃO – É o ato de conferir grau, certificado, diploma, título e outras dignidades universitárias em decorrência da conclusão e da aprovação em qualquer curso de nível escolar superior, com a conseqüente realização, junção ou validação de pesquisas científicas, publicações e demais exigências curriculares correspondentes, desde que seja observada, no ato da outorga, a legislação correspondente em vigor.

CONCEITO ESCOLAR – É documento contendo o resultado final da avaliação da área afetiva.

CONSELHO DE CLASSE (somente nos Colégios Militares) – É o órgão consultivo de que dispõe a direção de ensino para avaliar o rendimento escolar e a aptidão moral do discente. As suas atribuições constam do regulamento dos colégios militares.

CONSELHO DE ENSINO – É o órgão consultivo de que dispõe o diretor de ensino. Suas atribuições constam dos regulamentos dos estabelecimentos de ensino ou das organizações militares vinculadas ao DEP.

CONSERVAÇÃO – É toda medida tomada com o fim de prolongar a vida de um bem cultural;

CONSERVAÇÃO PREVENTIVA - É a parte da atividade de conservação que tem por objetivo prevenir o dano a um objeto.

CONTEXTUALIZAÇÃO – Na observância da contextualização as escolas terão presente que: na situação de ensino e aprendizagem, o conhecimento é transposto da situação em que foi criado, inventado ou produzido, e por causa desta transposição didática deve ser relacionado com a prática ou a experiência do aluno a fim de adquirir significado; a relação entre teoria e prática requer a concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares do aluno, nas quais se incluem as do trabalho e do exercício da cidadania; a aplicação de conhecimentos constituídos na escola às situações da vida cotidiana e da experiência espontânea permite seu entendimento, crítica e revisão.

COORDENAÇÃO MOTORA – Capacidade de executar movimentos com precisão, equilíbrio e agilidade.

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA – Responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico, em ligação direta com os professores, objetivando a qualidade do ensino.

CORE – Significa “**essência**”, uma parte básica, essencial ou duradoura. O “CORE” de um curso é formado pelas disciplinas e assuntos imprescindíveis e essenciais aos objetivos do mesmo, seja na formação, no aperfeiçoamento, na especialização, na extensão ou altos estudos. Refere-se ao menor conteúdo que permite atingir o objetivo do curso. Nesta seleção, as disciplinas e assuntos relacionados ao desempenho do concluinte do curso, que não sejam essenciais, devem ser sugeridos para o auto-aperfeiçoamento.

CORRELAÇÃO – Grau de dependência ou influência, entre duas ou mais variáveis, de uma pesquisa. O índice de correlação é calculado através de técnicas estatísticas.

CRENCIAMENTO – É o ato que classifica os estabelecimentos de ensino quanto ao nível de escolaridade e outorga a competência para a realização dos cursos pertinentes, sejam eles presenciais ou a distância, corporativos e não corporativos; sua dinâmica admite o credenciamento e o descredenciamento.

CRENÇAS – Suposições ou convicções julgadas verdadeiras a respeito de pessoas, conceitos ou fatos.

CRITÉRIO (ou padrão) – Modelo que serve de norma para conduzir a avaliação. Caracteriza um parâmetro pelo qual algo pode ser avaliado. Os critérios de avaliação que definem as condições para aprovação de discentes são estabelecidos pelos documentos normativos do Sistema de Ensino.

CURRÍCULO – Todas as experiências organizadas e supervisionadas pela escola, tendo em vista o desenvolvimento integral do educando enquanto indivíduo e membro da sociedade. O currículo é um plano de ação, isto é, uma descrição de situações, de atividades a serem desenvolvidas, de seleção de setores das disciplinas do conhecimento humano, de prescrições pedagógicas e como desenvolvimento das atividades educacionais. Existe uma variedade de modelos curriculares que cada escola pode adotar, adaptar ou recriar. Até o momento, os estabelecimentos de ensino do Exército adotam o modelo de disciplinas isoladas, onde cada disciplina atua separadamente, numa seqüência informativa, correspondente à sua estrutura. É o currículo com rol de disciplinas organizado por especialistas em cada área, que selecionam os conteúdos e os organizam em ordem tal, de modo a permitir o crescimento do aluno na aquisição do conhecimento em cada área. Esta abordagem busca assegurar a articulação entre os objetivos gerais do curso, objetivos particulares da disciplina, e os objetivos específicos dos assuntos.

CURSO – É uma atividade técnico-pedagógica composta por um conjunto de disciplinas, distribuídas em um currículo, com o objetivo de habilitar o aluno à ocupação de cargos e ao desempenho de funções previstas nos quadros de cargos previstos das diferentes organizações militares do Exército.

CURSO CORPORATIVO – É o curso conduzido em Estb Ens ou OM do EB, com metodologia própria, com objetivo exclusivo de formar e aprimorar, na área das Ciências Militares, os profissionais militares de carreira e com a finalidade de suprir as necessidades específicas do EB, em situações de paz e de guerra.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO – É o curso que qualifica para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções que exijam conhecimentos e práticas especializadas.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO-PROFISSIONAL – É o curso do SESM/DEP destinado a complementar estudos anteriores e proporcionar habilitação para o exercício de funções operacionais que exigem conhecimentos, técnicas e práticas especializados. É conduzido com o sentido eminentemente prático-profissional, visando a capacitar recursos humanos para atuar em setores restritos e estritamente militares, que exigem aptidões e competências particulares para a realização de atividades de alta especialização em determinados campos do saber, não conferidas pelos cursos de formação, de graduação, de extensão e de PG.

CURSO DE EXTENSÃO – É o curso que amplia os conhecimentos e as técnicas adquiridos em cursos anteriores, necessários para a ocupação de determinados cargos e para o desempenho de determinadas funções.

CURSO DE GRADUAÇÃO – Curso que prepara para uma carreira acadêmica ou profissional podendo estar ou não vinculado a conselhos específicos. Conferem diploma com o grau de **Bacharel, Licenciado, Superior de Tecnologia** (tecnólogo) ou título específico referente à profissão.

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO – É o curso do SESM/DEP conduzido na área do conhecimento da Defesa Nacional e na subárea das Ciências Militares, aberto aos candidatos que tenham concluído cursos de graduação. Destina-se a ampliar os conhecimentos obtidos na graduação, desenvolver competência técnico-profissional, formar pessoal qualificado para desempenho funcional em área específica e para o exercício de atividades de ensino. É organizado nos níveis *lato sensu* e *stricto sensu*, diferenciado pela amplitude e profundidade dos estudos, sendo independente e conclusivo de ensino, de qualificação, de titulação e de certificação.

Curso de pós-graduação *lato sensu* – é voltado, predominantemente, para o domínio científico e técnico de uma certa e limitada área do conhecimento ou para complementar habilidades e atitudes necessárias ao desempenho técnico-profissional.

Curso de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento – é conduzido com sentido eminentemente prático-profissional e destinado a atualizar, desenvolver e ampliar conhecimentos em um conjunto de disciplinas ou áreas de estudo ou de determinados domínios de tais áreas, bem como de melhorar o desempenho funcional nos cargos e nas funções previstos no EB, em decorrência do progresso científico e doutrinário.

Curso de pós-graduação *lato sensu* de especialização – é destinado a preparar especialistas em setores restritos das atividades educacionais e profissionais previstas nos Quadros de Cargos (QC) das OM, conduzido com a finalidade de aprofundar os conhecimentos necessários ao desempenho funcional ou científico, não abrangendo o campo total do saber em que se insere a especialidade.

Curso de *master in business administration* (MBA) – é realizado em IES militares ou civis, terão para o EB o nível escolar e o grau de ensino equivalentes à pós-graduação *lato sensu* de especialização.

Curso de pós-graduação *stricto sensu* – é direcionado para formar profissionais de alta qualificação, com amplo domínio de um campo do conhecimento, capazes de desenvolver pesquisas científicas e, valendo-se de consciência crítica e de atividade criadora, para gerar conhecimentos filosófico, científico, doutrinário e tecnológico, com caráter científico. O curso de pós-graduação *stricto sensu* do SESM/DEP deve, ainda, preparar profissionais para o desempenho de cargos e funções que exigem grande empenho em análises, avaliações e estudos para emissão de pareceres e propostas em assuntos de relevância e nas esferas decisórias do EB.

Curso de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado – é curso cujo nível de estudo tem por objetivo apresentar uma nova forma de abordagem de um campo do saber e de preparar, em melhores condições, expertos para as atividades de ensino e de desenvolvimento de pesquisa relevante e, principalmente, para desenvolvimento profissional.

Curso de pós-graduação *stricto sensu* de doutorado – é o mais alto grau acadêmico do SESM/DEP, constituindo-se em nível que abrange totalmente um campo do saber, que evidencia a amplitude e a

profundidade de conhecimentos do discente, que desenvolve a capacidade crítica e objetiva de pesquisador, que busca o ineditismo ou a originalidade, que estimula o desenvolvimento da investigação em um determinado campo da ciência e que contribui efetivamente para a subárea do conhecimento das Ciências Militares; tem por objetivo formar o pesquisador ajustado às características próprias do EB e o profissional erudito para desempenho dos mais elevados cargos funcionais.

CURSO DE PREPARAÇÃO – É o curso orientado para ampliar, sedimentar e uniformizar conhecimentos, com o intuito de qualificar recursos humanos para o ingresso em determinado curso regular.

CURSO NÃO-CORPORATIVO – É o curso conduzido em Estb Ens ou OM do EB ou em outras IES, civis ou militares, com metodologia comum a do Sistema Federal de Ensino, com objetivo de desenvolver a capacitação cultural e profissional em determinada área e cuja finalidade, além de atender às necessidades do EB pode, por similaridade, coincidir com as necessidades de outras profissões, em decorrência da existência de cursos correspondentes no meio civil. O concludente do curso não-corporativos por possuir qualificação profissional regulamentada por lei, deve manter sua situação regularizada junto ao conselho ou ordem de profissional correspondente.

CURSO SEQÜENCIAL – Constitui uma modalidade do ensino superior, com viés profissionalizante e a formação específica em um dado "campo do saber" e não em uma "área de conhecimento e suas habilitações". Não se constitui como curso e programa tradicional de graduação, de pós-graduação, ou de extensão. Confere um certificado que atesta conhecimento acadêmico em determinado campo do saber.

Curso seqüencial de complementação de estudos – tem destinação individual ou coletiva sendo conduzindo à obtenção de certificado, atestando que o aluno adquiriu conhecimentos em um campo do saber. Exige que o aluno tenha diploma de graduação ou que esteja freqüentando um curso de graduação.

Curso seqüencial de formação específica – tem destinação coletiva sendo conduzindo à obtenção de diploma e está atrelado à existência

de um curso de graduação na área de conhecimento à qual o curso seqüencial estará vinculado.

D

DEPENDÊNCIA – Situação do estudante retido em determinada disciplina, por apresentar problemas de frequência e/ou de aproveitamento, devendo cursá-la novamente. Poderá haver promoção de ano com dependência, quando prevista no regulamento do estabelecimento de ensino, e nas condições nele estabelecidas.

DESEMPENHO – Conjunto de respostas dadas na execução de um trabalho, que pode ser observado, avaliado ou medido.

DETERIORAÇÃO – É o envelhecimento gradual de materiais devido a ações diversas, ocasionando a destruição dos mesmos.

DEVER MILITAR – Emanada de um conjunto de vínculos racionais, bem como morais, que ligam o militar à Pátria e ao seu serviço. Os deveres militares são estabelecidos no Estatuto dos Militares.

DINÂMICA DE GRUPO – Processo que ocorre em toda interação grupal e se dá através das discussões, manejo e resolução de conflitos surgidos entre os membros do grupo. As técnicas de **trabalho em grupo** permitem que através da dinâmica vivenciada, os participantes possam desenvolver melhores padrões de comunicação, de cooperação e encontrem formas eficientes e construtivas de convivência, especialmente com intento de solucionar problemas.

DIPLOMA – Documento declaratório de qualificação próprio para o exercício de graduação (licenciatura ou de bacharelado). É, também o documento declaratório de conclusão de curso de formação ou de curso de pós-graduação nível *stricto sensu*.

DISCENTE – Ver aluno.

DISCIPLINA – 1. Ver em matéria - forma de abordagem. - 2. Todo conteúdo que abrange um campo do conhecimento humano. É caracterizada por um maior grau de sistematização e são assim denominadas a partir da 1ª série do ensino médio, nos currículos de todos os cursos dos estabelecimentos de ensino do Exército. - 3. É, também, considerado como atributo da área afetiva.

DISSERTAÇÃO – Documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor), visando a obtenção do grau acadêmico de mestre.

DOCENTE – Relativo àqueles que ensinam: professores, instrutores e monitores.

DOCUMENTO – Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Inclui impressos, manuscritos, registros audiovisuais, sonoros, magnéticos e eletrônicos, entre outros.

DOCUMENTO DE CURRÍCULO – Documento que formaliza o currículo de um curso, no qual se encontram especificados: a duração do curso (semanas), seus objetivos gerais, grade curricular e grade de avaliação, proporcionando assim, uma visão geral do referido curso.

DOMÍNIOS COMPORTAMENTAIS (ou áreas da aprendizagem) – Domínios ou áreas de atuação do comportamento e da aprendizagem, classificados como: afetivo, cognitivo e psicomotor.

E

EDIÇÃO – Todos os exemplares produzidos a partir de um original ou matriz.

EDUCAÇÃO – As práticas educativas não se restringem à escola ou à família. Elas ocorrem em todos os contextos e âmbitos da existência individual e social humana, de modo institucionalizado ou não, sob várias modalidades. Entre essas práticas, há as que ocorrem nos processos de aquisição de saberes e modos de ação não intencional e não institucionalizado, configurando a educação informal. Existem, ainda, as práticas educativas com elevados graus de intencionalidade, sistematização e institucionalização, como as que se realizam nas escolas ou em outras instituições de ensino, compreendendo a educação formal.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL – Entendem-se, por educação ambiental, os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – É uma estratégia educativa baseada na aplicação da tecnologia à aprendizagem, sem a limitação do lugar, tempo, ocupação ou idade dos alunos. Isto implica novos papéis para os alunos e para os professores, novas atitudes e novos enfoques metodológicos.

EDUCAÇÃO CONTINUADA – Processo de formação constante, de aprender sempre, de aprender durante o desempenho funcional, juntando teoria e prática, refletindo sobre a própria experiência, ampliando-a com novas informações e relações.

ELEMENTO DE REFERÊNCIA – A referência é constituída de elementos essenciais e, quando necessário, acrescida de elementos complementares.

ELEMENTOS ESSENCIAIS – Informações indispensáveis à identificação do documento, estritamente vinculados ao suporte documental e variam conforme o tipo.

ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS – Elementos que complementam o trabalho.

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS – Elementos que antecedem o texto com informações que ajudam na identificação e utilização do trabalho.

EMOÇÃO – Até o momento, não há definição científica precisa para o termo emoção. Coloquialmente, refere-se aos sentimentos e o modo como eles são expressos tanto em nosso comportamento quanto nas respostas de nosso corpo.

EMPATIA – Capacidade de perceber e compreender as emoções vivenciadas por outra pessoa ou grupo de pessoas, colocar-se no lugar do outro.

ENSAIO – Ver artigo científico.

ENSINO – Ação formal exercida de maneira sistemática e intencional para desenvolver a capacidade física, intelectual e moral do indivíduo.

ENSINO A DISTÂNCIA – É um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que pode ser massivo e que substitui a interação pessoal, na sala de aula, de professor e aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização e tutoria que propiciam a aprendizagem independente e flexível dos alunos.

ENTREVISTA – Técnica de coleta de dados em que se estabelece uma relação interpessoal direta entre o entrevistador e o entrevistado, por meio de perguntas sistematizadas visando obter informações que atendam o objetivo da mesma. As entrevistas podem ser: de seleção de pessoal, de acompanhamento do rendimento escolar, de aconselhamento individual ou de grupo, de retroalimentação (*feedback*) etc.

EQUIVALÊNCIA – Ato que estabelece o nível de ensino para os estudos e experiências apresentadas ou estabelece a correlação a um curso ou profissão já existente.

ERROS DE AVALIAÇÃO – São distorções decorrentes das interferências subjetivas dos avaliadores, que influenciam nas suas observações e julgamentos. É imprescindível que os avaliadores se familiarizem com os propósitos, normas e instrumentos da avaliação. Deste modo podem minimizar estes erros e demonstrar atitudes positivas no que se refere à justiça, à coerência em suas ações e ao profissionalismo em suas decisões.

ESCALA (ou Medida) – Instrumento que visa a determinar a quantidade ou a grandeza de uma medida ou de um acontecimento, atribuindo-lhe um índice numérico, um valor conceitual ou uma menção. É uma forma de delimitar o rendimento escolar do discente, nas áreas cognitiva, afetiva e psicomotora. É característica da avaliação somativa.

ESCALA DE ATRIBUTOS DA ÁREA AFETIVA – É composta por uma relação de pautas de comportamentos usada como instrumento de medida da área afetiva. Estas pautas se correlacionam com os atributos constantes da escala, de cada curso. O trabalho de construção da escala baseia-se no perfil profissiográfico e na operacionalização dos atributos da área afetiva (objetivos específicos da área afetiva), nos Pladis de todos os Cursos dos Estabelecimentos de Ensino e OM subordinados ou vinculados ao DEP.

SCORES – 1. Idéias computáveis por item e a respectiva distribuição dos acertos (scores) estabelecidas, em um instrumento de avaliação das áreas cognitiva e psicomotora, logo após a confecção do gabarito. Fazem parte do planejamento da

prova. - 2. Na área afetiva - É a média das notas atribuídas a uma pauta de comportamento ou a um atributo da área afetiva.

ESCORE CRÍTICO ou DE CORTE – Limita as áreas de aceitação e rejeição numa classificação de resultados, segundo conceitos previamente estabelecidos por normas.

ESPAÇO CULTURAL – Entende-se como sendo os museus, as salas de exposição e de troféus, os monumentos, as casas, sítios e parques históricos.

ESTÁGIO – 1. Atividade técnico-pedagógica destinada a desenvolver a capacitação cultural e profissional em determinada área do conhecimento. É regido por programa próprio, com duração mínima de 40 horas. A sua conclusão dá direito a certificado de participação. - 2. Atividade didático-pedagógica complementar a determinado curso, destinada a desenvolver a capacitação cultural e profissional.

ESTÁGIO DE ATUALIZAÇÃO PEDAGÓGICA NÍVEL I (ESTAP I) – Atividade técnico-pedagógica destinada aos oficiais e civis especialistas em educação e que se encontram no exercício de suas funções específicas em qualquer organização militar do sistema de ensino do DEP. Realizado anualmente, de forma presencial.

ESTÁGIO DE ÁREA – Atividade técnico-pedagógica criada e conduzida por Comando Militar de Área, com o objetivo de atender às necessidades da Instrução Militar e à difusão de técnicas, com vistas ao aprimoramento do desempenho profissional.

ESTÁGIO DE ATUALIZAÇÃO PEDAGÓGICA NÍVEL II (ESTAP II) – Atividade técnico-pedagógica destinada ao corpo docente de uma organização militar do sistema de ensino do DEP. De caráter continuado, será realizado ao longo do ano letivo, nos mesmos moldes da instrução de quadros e sob responsabilidade do Cmt/Diretor de Ensino (Dir Ens), devendo constar do Plano Geral de Ensino (PGE) da OM.

ESTÁGIO GERAL – Atividade técnico-pedagógica aprovada pelo EME, em portaria específica, com a finalidade de atender aos interesses gerais do Exército.

ESTÁGIO SETORIAL – Atividade técnico-pedagógica criada e conduzida pelos Órgãos de Direção Setorial, para atender aos seus interesses e às necessidades específicas dos elementos por eles apoiados.

ESTEREÓTIPO – Opinião pré-formada, estabelecida por critérios subjetivos e não comprováveis, acerca de outra pessoa ou grupo. Julgamento de pessoa ou grupos diferentes, segundo seus próprios padrões, geralmente, de forma negativa ou depreciativa.

ESTRESSE – Caracteriza o desgaste total de um organismo, causado por estímulos que o excitam desagradáveis ou agradáveis. A definição de estresse engloba qualquer situação em que o equilíbrio fisiológico normal do corpo é perturbado.

ÉTICA MILITAR – É o conjunto de regras ou padrões que leva o profissional militar a agir de acordo como sentimento do dever, o pundonor militar, a dignidade militar e decoro da classe, impondo, a cada um dos integrantes das Forças Armadas, conduta moral e profissional irrepreensíveis, com a observância dos preceitos descritos no Estatuto dos Militares.

ETIQUETA – Texto escrito em papel de pequena dimensão, colocado junto ao objeto exposto, destinado a identificar e fornecer informações para o visitante. Pode ser, também, ser na forma de barras digitalizadas a serem lidas por leitores óticos ou digitais.

EXERCÍCIOS – Estímulos criados pelo docente para provocar a atuação do discente e desta forma, poder observar e analisar as respostas fornecidas. É um dos recursos da avaliação formativa.

F

FACILITADOR DA APRENDIZAGEM – Docente especialmente treinado e capacitado a promover o desenvolvimento integral dos discentes, valorizando seus conhecimentos e experiências, levando-os a contínua busca do seu auto-aperfeiçoamento. Responsável pelo planejamento das sessões ou aulas, mediante adequada seleção das técnicas de ensino. Promove discussões e debates, busca soluções variadas e inéditas aos problemas, orienta o aluno a buscar o conhecimento e o apóia na correção dos desvios da aprendizagem.

FEEDBACK (ou realimentação) – Significa fornecer informações ou fatos, a outras pessoas, no caso os discentes, acerca de sua atuação em determinadas situações de ensino e instrução, sejam positivas ou não. O feedback é ponto forte da avaliação formativa e precisa ser constante, objetivo, tornando-se efetivo quando os envolvidos trabalham juntos, e quem o recebe assume a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento, incrementando uma dinâmica de constante movimento em relação à mudança e aperfeiçoamento.

FIDEDIGNIDADE (ou precisão) – É a consistência dos escores obtidos em um teste. Quando um teste é aplicado repetidas vezes, numa mesma amostra, num certo período de tempo em que o nível de atividades não tenha mudado, os resultados devem ser semelhantes.

FÓRUM – Termo utilizado na educação a distância, constitui-se em uma ferramenta assíncrona, ou seja, não necessita que seja utilizada simultaneamente por todos os alunos.

FICHA REGISTRO PARA ACOMPANHAMENTO DO DISCENTE (FRAD) – Ficha destinada a acompanhar o desenvolvimento integral do aluno, registrando os fatos relevantes nos aspectos cognitivo, afetivo e psicomotor.

FICHA INDIVIDUAL DO DISCENTE (FID) – Ficha destinada a retratar ou sintetizar o perfil do discente, ao final do curso, estágio ou ano, nas áreas afetiva, cognitiva e psicomotora. A ficha oferece subsídios para a classificação do discente, no curso onde este procedimento se faz necessário.

FICHA PARA OBSERVAÇÃO DA ATUAÇÃO DO DOCENTE (FOAD) – Este é um modelo de ficha para observar e avaliar os docentes.

FUNÇÃO MILITAR – É o exercício das obrigações inerentes ao cargo militar.

G

GENERALIZAÇÃO – É um mecanismo da aprendizagem que se caracteriza pela passagem da experiência particular para a geral. Com a repetição de algumas situações semelhantes, a tendência do cérebro é a de acreditar que elas acontecerão sempre do mesmo jeito, e isso se torna algo geral.

GESTÃO ESCOLAR – A Gestão Escolar, nas Linhas de Ensino Militar Bélico, de Saúde e Complementar, é uma ação coadjuvante à Ação de Comando, em todos os níveis em que esta é exercida, e caracteriza-se pelo exercício da autoridade, pelo conhecimento dos aspectos peculiares ao processo ensino-aprendizagem e pela busca da integração e da interação interpessoal. Este conceito também deverá ser aplicado à educação básica ministrada nos Colégios Militares, na Fundação Osório e na Escola Preparatória de Cadetes do Exército.

GLOSSÁRIO – Relação de palavras ou expressões técnicas de uso restrito ou de sentido obscuro, utilizado no texto, acompanhadas das respectivas definições.

GRADE CURRICULAR – Parte do documento de currículo. Constitui-se em um quadro no qual constam discriminadas as disciplinas curriculares de determinado curso, bem como as atividades de complementação de ensino, todos com as suas respectivas cargas horárias.

GRADE DE AVALIAÇÃO – Parte do documento de currículo. Consolida os procedimentos empregados na avaliação de determinado curso, constando dos seguintes itens: a relação das disciplinas que têm avaliação somativa; o tipo de instrumento usado (prova formal); o Projeto Interdisciplinar (PI) e o seu peso, que varia de 1,1 a 1,5 e a

escala dos atributos da área afetiva com seu respectivo percentual, quando for o caso.

GRAU ACADÊMICO – Refere-se ao nível de ensino superior de formação, licenciatura, bacharelado e pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e de especialização e *stricto sensu* de mestrado.

GRUPO – Conjunto de pessoas que se reúnem, durante certo tempo, com objetivo comum e entre as quais existem relações explícitas e recíprocas.

GRUPO DE ELABORADORES – É constituído para a elaboração do currículo de um curso, sob a supervisão do diretor de ensino e a direção do subdiretor de ensino. Deste grupo devem fazer parte inicialmente os chefes de divisão de ensino, de seção técnica de ensino (ou coordenação pedagógica), da subseção de estatística e medidas da aprendizagem, da subseção de planejamento e pesquisa, da seção psicopedagógica e das seções de ensino ou cursos.

H

HABILIDADE – Conjunto de características do repertório do indivíduo relacionado às suas capacidades, conhecimentos e atitudes, que confere competência ao mesmo.

HABILITAÇÃO – Corresponde ao detalhamento do grau ou título obtido, pela conclusão do curso ou programa de pós-graduação.

HABILITADO – É o indivíduo capacitado e que está legalmente autorizado a exercer cargos e funções que compõem uma profissão.

HIPÓTESE – É uma proposição testável, de um projeto de pesquisa, acerca da relação potencial entre duas ou mais variáveis, que pode ser confirmada ou não pelos resultados obtidos na pesquisa ou na investigação.

HOMOLOGAÇÃO – Consiste no ato de instância legal que avoca decisão ou parecer de instância subordinada, correlata ou de consultoria.

I

INCENTIVO – Fator ou ação externa que incita um indivíduo a agir, para atingir determinada meta.

INFORMAÇÃO PROFISSIONAL – É o conjunto de informações acerca de todos os campos ocupacionais, incluindo desde os currículos dos cursos até as possibilidades no mercado de trabalho. É imprescindível que inclua, também, as características e exigências necessárias aos profissionais, em cada uma das profissões.

INSTRUCTIONAL DESIGN (DI) – Expressão utilizada na educação a distância, podendo ser definida como um conjunto de procedimentos para o planejamento e desenvolvimento sistemático do ensino. Ela inicia-se na fase de concepção do sistema de ensino-aprendizagem, passando pela seleção de métodos e meios para a entrega do conteúdo, incluindo ainda sistemas de avaliação. Em suma, o DI pode ser visto como um processo sistemático para tradução de princípios de aprendizado e ensino em planos para produção de materiais e atividades educacionais, como se fosse uma planta produzida por um arquiteto.

INSTRUÇÃO MILITAR – Visa à prestação do serviço militar inicial e suas prorrogações, bem como à profissionalização de segmentos militares, também qualifica para o exercício da atividade militar permanente.

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS – Indicam a orientação de aprendizagem para que os discentes atinjam os objetivos específicos dos assuntos em cada unidade didática. Devem orientar sobre o método, as técnicas de ensino, os tipos de atividade e os meios auxiliares a empregar, devem comentar a natureza do assunto e registrar que a avaliação da aprendizagem, trabalhará os três domínios (cognitivo, afetivo e psicomotor) e indicar a ordenação curricular para a desejada interdisciplinaridade.

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO – São meios de coleta de informações, utilizados para possibilitar a avaliação e a análise pedagógica do rendimento escolar evidenciado pelo discente. Como exemplo: questionários, exercícios, **FRAD**, Reuniões de Conselho de Classe ou do Conselho de Ensino.

INSTRUTOR – É o docente militar (oficial) que ministra sessões de instrução ou de aula no âmbito dos estabelecimentos de ensino e OM subordinadas e/ ou vinculadas, do DEP e nas OM de tropa.

INTEGRAÇÃO GRUPAL – Processo que promove a união dos diversos indivíduos que compõem uma sociedade ou grupo, permitindo que cada um possa se adaptar harmoniosamente aos padrões grupais vigentes. A integração é parceira da interação.

INTELIGÊNCIA – Significa a capacidade intelectual para apreensão e compreensão das coisas, é produto de uma operação cerebral e permite ao indivíduo resolver problemas e, até mesmo, criar produtos que tenham valor específico dentro de uma cultura. Há potenciais que poderão ser ou não ativados, dependendo dos valores de uma cultura específica, das oportunidades disponíveis nessa cultura e das decisões pessoais tomadas por indivíduos e/ou suas famílias, seus professores e outros.

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – A inteligência emocional caracteriza a maneira como as pessoas lidam com suas emoções e com as das pessoas ao seu redor. Isto implica conhecer a si mesmo e ter motivação, persistir mediante frustrações, controlar impulsos canalizando emoções para situações apropriadas, ter empatia com os outros e ter características sociais como persuasão, cooperação e saber negociar. O intelecto não pode dar o melhor de si sem a inteligência emocional, ambos são parceiros integrais na vida.

INTERAÇÃO – Processo de influência mútua, relação em que os contatos entre os indivíduos modificam os seus comportamentos através de uma estimulação recíproca e contínua. A interação é parceira da integração.

INTERATIVIDADE – Propicia que a construção do conhecimento se efetue como co-criação e não simplesmente transmissão. Um dos fundamentos da interatividade é a participação e intervenção, no entanto, participar não significa responder sim ou não ou escolher uma opção dada, significa modificar a mensagem.

INTERDISCIPLINARIDADE – É o processo que envolve a integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos.

INTERPRETAÇÃO – Em termos museológicos, significa explicar um objeto, o seu significado e a sua importância.

J

JULGAMENTO – É a capacidade para fazer avaliações imparciais e cuidadosas sobre pessoas, fatos e objetos.

L

LICENCIATURA – Que ou aquele que obteve licença em universidade para exercer a profissão de magistério do ensino médio

LIDERANÇA MILITAR – Liderança militar é a capacidade de influenciar o comportamento humano e conduzir pessoas ao cumprimento do dever. Está fundamentada no conhecimento da natureza humana, compreendendo a análise, a previsão e o controle de suas reações. A liderança militar não é distinta da função de chefia militar, embora seja ideal que o chefe seja o líder. dotados de. É natural que as qualidades inatas para influenciar o comportamento de outras pessoas concorram para a formação e o aperfeiçoamento do líder militar, mas sua simples existência não determina o sucesso do seu desempenho. A liderança militar é um construtor classificável no domínio afetivo dos objetivos educacionais, portanto, passível de ser desenvolvida pela via do processo ensino-aprendizagem, permitindo e tornando desejável que todo militar, independente do escalão ou da natureza dos cargos de chefia para os quais esteja habilitado, seja líder na condução das operações militares.

LIVRO DE TOMBO ou Registro – É o documento onde é registrada a entrada do objeto no acervo do espaço cultural.

M

MATÉRIA – É todo conteúdo que abrange um campo do conhecimento humano. É assim denominada na fase de construção do currículo pleno de uma escola. A matéria pode ser abordada pelas formas descritas a seguir.

Atividades – são decorrentes de experiências em situações concretas, envolvendo conhecimentos sem apresentação sistemática. Nas primeiras séries do ensino fundamental (1º segmento -1ª à 4ª série) as matérias da base nacional comum são tratadas predominantemente como atividades.

Áreas de estudo – são as situações onde há o equilíbrio da experiência com os conhecimentos sistemáticos, sendo seus conteúdos constituídos pela integração de conteúdos afins. São assim denominadas as áreas de estudo do 2º segmento do ensino fundamental (5ª à 8ª Série).

Disciplinas – são caracterizadas por um maior grau de sistematização de conhecimentos e são assim denominadas a partir do ensino médio.

MEDIDA – Ver escala.

MEIO AMBIENTE – Inclui tudo que afeta diretamente o metabolismo ou o comportamento de um ser vivo, incluindo a luz, o ar, a água o solo e outras formas de vida que com ele coabitam. O meio ambiente é o local onde nos encontramos.

MEIOS AUXILIARES – São todos os recursos, utilizados pelos docentes e discentes, que servem de apoio durante as aulas e instruções, como exemplo: equipamentos militares ou de informática, quadros, tabelas, armamento, simuladores etc.

MEMORIAL – É o espaço destinado à reverência de um fato ou personagem histórico.

MEMORIZAÇÃO – É o processo de armazenamento, codificação e decodificação de informações e experiências vividas na memória, sendo capaz de reproduzi-las quando necessário.

MENÇÃO – Conceitos atribuídos ao rendimento escolar dos discentes, que fazem parte de um escalonamento numérico e são estabelecidos por instrumentos e regras das Normas de Avaliação Educacional.

MÉTODO DE ENSINO – É o caminho para atingir um objetivo. Cada ramo do conhecimento, desenvolve métodos próprios. O docente ao dirigir e estimular o processo de ensino em função da aprendizagem dos discentes, utiliza intencionalmente um conjunto de ações, passos e procedimentos que denominamos método de ensino. Há vários critérios para a classificação dos métodos. Para o EB, eles se classificam em trabalho individual e trabalho em grupo.

MÓDULO DE ENSINO – Organização curricular que engloba conteúdos e atividades que sejam capazes de formar determinado conjunto de habilidades. Diferentes módulos permitem a formação de conjuntos de habilidades e competências que visam transcender a uma qualificação profissional específica.

MONITOR – É o docente militar (subtenente e sargento) que ministra sessões de instrução ou de aula no âmbito dos estabelecimentos de ensino e organizações militares subordinadas e/ou vinculadas ao DEP e nas OM de tropa.

MONITORIA – Aproveitamento de estudantes em tarefas de ensino, de acordo com o seu rendimento e plano de estudos. A monitoria possibilita a experiência da vida acadêmica e promove a integração de alunos.

MONOGRAFIA – Documento que representa o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador.

MOTIVAÇÃO – É a força propulsora (desejo) de todas as ações de um organismo, responsável pela intensidade, direção e persistência dos esforços de uma pessoa para o alcance de uma determinada meta.

MULTIDISCIPLINARIDADE – Perspectiva profissional ou educacional, onde os vários saberes coexistem sob a mesma bandeira institucional sem produzir, entretanto, maiores interações produtivas, mera divisão dos esforços.

MUSEU – É um estabelecimento de caráter permanente com a finalidade de pesquisar, coletar, conservar e expor, para lazer e educação do público, um conjunto de elementos de valor cultural.

MUSEU MILITAR – É toda instalação permanente, aberta ao público, criada para coletar, preservar, conservar, pesquisar e expor, para fins de estudo educação e entretenimento, coleções de objetos de interesse histórico militar.

N

NORMAS EDUCACIONAIS – São padrões, regras e diretrizes usadas para dirigir e orientar os procedimentos do processo ensino-aprendizagem, no âmbito do DEP.

NOTA – É o resultado numérico da avaliação aprendizagem.

NOTÓRIO SABER – Título acadêmico verificado em função de rendimento escolar, desempenho profissional, atividades de pesquisa, investigação e produção científica, obtido pela aprovação em processo seletivo para fim de atuação no magistério. No âmbito do Sistema de Ensino Superior Militar do DEP está relacionado com Defesa Nacional, Segurança Nacional e Ciências Militares e o suprimento é de responsabilidade do Chefe do DEP, conforme os graus e títulos acadêmicos especificados nas Instruções Reguladoras para o Reconhecimento e o Suprimento do Notório Saber, no âmbito do DEP (IR 60-47).

O

OBJETIVO EDUCACIONAL – Comportamento a ser evidenciado pelo aluno, como produto de aprendizagem.

OBJETIVO GERAL – São delimitados com base no perfil profissiográfico, no relatório da análise ocupacional, na formação geral mínima e na experiência escolar e devem representar a síntese da qualificação profissional a ser propiciada pelo curso.

OBJETIVO PARTICULAR – Caracteriza a natureza de contribuição da disciplina, no preparo do futuro exercício profissional do discente, submetido ao currículo. Quando a disciplina for ministrada em mais de uma série ou ano de um mesmo curso, os objetivos devem ter uma redação própria para cada série ou ano, mantendo a relação com os objetivos gerais do curso.

OBJETIVO ESPECÍFICO – É ligado ao assunto e à unidade didática. Representa as capacidades facilitadoras para o desenvolvimento de comportamentos mais complexos. É o comportamento esperado dos discentes durante uma aula ou sessão de instrução, incluindo os objetivos das áreas cognitiva, afetiva e psicomotora.

OPERACIONALIZAÇÃO – É o processo que torna determinado objetivo ou planejamento mais funcional e exequível.

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL – É o processo que procura proporcionar ao educando os recursos indispensáveis ao seu ajustamento pessoal e social.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E VOCACIONAL – São todos os procedimentos formais ou não formais, que são empregados para ajudar pessoas a selecionarem uma ocupação profissional adequada, desenvolvendo o autoconhecimento e aplicando esta compreensão às ocupações.

ORIENTAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA – É a orientação a cargo do Departamento de Ensino e Pesquisa que inclui o assessoramento técnico-pedagógico, a coordenação e o controle das atividades nas áreas de pedagogia e de pesquisa de pessoal das linhas de ensino Militar Bélico, de Saúde e Complementar e, também, o apoio nas áreas administrativa e de planejamento administrativo aos

estabelecimentos de ensino e às organizações militares não-subordinados ao DEP que tenham encargos de funcionamento de cursos e de estágios gerais criados pelo Estado-Maior do Exército.

P

PADRÃO – Ver critério.

PADRONIZAÇÃO – Conjunto de operações destinadas a uniformizar procedimentos, normas e instrumentos para garantir a validade e a confiabilidade do processo ensino-aprendizagem.

PAPER – Ver artigo científico.

PARQUE HISTÓRICO – É o sítio histórico onde são estabelecidos procedimentos administrativos com vistas a regular a preservação local e a visitação pública. (Ver Sítio Histórico).

PAUTA DE COMPORTAMENTO – Comportamento expresso e observável que indica se houve ou não desenvolvimento em um dado atributo. As pautas compõem a escala de avaliação da área afetiva.

PERCEPÇÃO – Função que permite a um organismo captar as informações do meio, através dos mecanismos sensoriais.

PERFIL – Conjunto de características de um objeto considerado.

PERFIL PROFISSIONGRÁFICO – É o resultado do emprego da técnica da profiografiografia (técnica de análise de trabalho) que resulta num documento que focaliza o profissional ocupante de um cargo ou conjunto de cargos. Neste documento relacionam-se: as tarefas a serem realizadas, o material, o instrumental, o equipamento utilizado e também os requisitos pessoais e atributos necessários ao desempenho do cargo.

PERFIL PROFISSIONGRÁFICO DO CONCLUDENTE DE CURSO – É um retrato do profissional que o curso habilita e capacita para o desempenho de suas atividades. O perfil subsidia os objetivos gerais do curso, indicando os cargos e funções para os quais o curso habilita, incluindo a portaria de criação do curso elaborada pelo EME, também determina as atividades funcionais mais relevantes e os atributos a serem trabalhados, constantes dos requisitos comuns e específicos.

PLANO DE AULA – Ver plano de sessão.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) – É um instrumento de gestão flexível, pauta-se por objetivos e metas e sua elaboração deve ser de caráter coletivo. Os seus referenciais devem levar em consideração os resultados da avaliação institucional.

PLANO DE DISCIPLINA (PLADIS) – Documento adotado no âmbito do ensino no Exército, constituindo-se no planejamento analítico de cada uma das disciplinas de todos os cursos.

PLANO DE SESSÃO (ou plano de aula) – É o documento confeccionado pelo docente, que consolida todas as ações e medidas previstas por ele para sua sessão de instrução ou aula.

PLANO GERAL DE ENSINO (PGE) – É o conjunto de documentos que apresenta o planejamento anual das atividades de ensino e pesquisa, bem como das medidas de apoio administrativo a elas necessárias.

PODER DISCRIMINANTE – Indica a condição de um item para discriminar os indivíduos que possuem, ou não, a característica medida pelo instrumento.

PONTO DE CORTE – Ver escore crítico.

PORTARIA DE CRIAÇÃO – Documento elaborado pelo Estado-Maior do Exército determinando a criação de um curso ou estágio geral, especificando a duração, o público alvo e todos os requisitos exigidos. Serve de base para confecção do perfil profissiográfico, do currículo ou do programa de estágio.

PORTARIA DE ESTABELECIMENTO DE CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO – Documento elaborado pelo Estado-Maior do Exército, por proposta do Órgão Gestor, determinando as condições de funcionamento de um curso ou estágio geral, especificando o objetivo, a duração, o universo de seleção e todas as condições necessárias. Serve de base para confecção do perfil profissiográfico do concludente do curso, do currículo ou do programa de estágio.

PORTARIA DE NORMATIZAÇÃO – Documento elaborado pelo Estado-Maior do Exército, por proposta do Órgão Gestor, para a regularização de curso ou estágio geral, que reúne as informações constantes dos outros dois tipos de portaria.

PRECONCEITO – Designa todo juízo a priori em relação a outra pessoa ou grupo, qualifica habitualmente atitudes negativas.

PROCESSO SELETIVO – Atividade por meio da qual se selecionar candidatos aos diversos cursos ou cargos. É composto por diferentes fases, definidas em edital ou portaria.

PROFESSOR CONTEUDISTA – Expressão utilizada na educação a distância que identifica o professor encarregado de fornecer o material didático para os módulos de um curso. Esses conteúdos, que serão inseridos no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), possuem uma linguagem que facilita o estudo individual e a realização das atividades do módulo. É um profissional com formação acadêmica de excelência com mestrado ou doutorado em uma determinada área do conhecimento.

PROGNÓSTICO – É o diagnóstico inicial que indica a probabilidade de duração, de realização e de resultado de um processo ou atividade.

PROJETO DE PESQUISA – É o elemento básico para o desenvolvimento de trabalho científico. É constituído pela organização de idéias lógicas e elaborado atendendo à Metodologia da Pesquisa Científica, às exigências da CAPES e às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Constitui-se no registro do plano de trabalho, em um documento apresentado com a finalidade de ajudar o discente e o orientador a acompanhar o desenvolvimento do Trabalho Científico, mantendo o rumo preestabelecido.

PROJETOS FACILITADORES – Foram estabelecidos pelos Fundamentos da Modernização de Ensino com a finalidade de auxiliar o Processo de Modernização do Ensino no âmbito do DEP e incluem: Biblioteca; História Militar; Informática; Trabalho em Grupo, Leitura e Liderança Militar.

PROJETO INTERDISCIPLINAR (PI) – Consiste em uma situação-problema que simule a atuação do futuro profissional, tomando por base o que preconiza o perfil profissiográfico do concludente do curso. Pode ser realizado de forma individual ou em grupo pelos alunos.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC) – É a referência das ações e decisões de um determinado curso em articulação com a especificidade da área de conhecimento no contexto da respectiva evolução histórica do campo de saber.

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI) – É um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas da Instituição, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão, objetivos gerais e específicos.

PROPOSTA PEDAGÓGICA ou PROJETO PEDAGÓGICO – Consolida-se num documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido pela escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

PROVA FORMAL – É o instrumento de avaliação, de caráter somativo, que exige maior grau de preparo técnico, sendo aplicada ao final de um conjunto de unidades didáticas ou disciplina. Há diferentes tipos de provas formais.

Provas escritas – se adequam, de modo geral, à verificação de comportamentos predominantemente cognitivos e, em algumas situações, a comportamentos com matizes afetivos.

Provas práticas ou de execução – se voltam para a avaliação de comportamentos que consistem, geralmente, na execução de determinadas tarefas. Permitem a observação direta de comportamentos predominantemente psicomotores, cognitivos e afetivos. Propiciam avaliar a seqüência de execução de uma atividade, a observância de prescrições técnicas e regras de Segurança, a realização de atividades instrumentais necessárias à concretização da atividade operacional solicitada ao discente, bem como caracterizar o nível de qualidade ou de eficiência demonstrado.

Provas gráficas – tornam-se necessárias quando estão em jogo comportamentos que retratam habilidades tais como: desenho e traçado de gráficos.

Provas orais – permitem avaliar a capacidade reflexiva e crítica do discente em relação ao assunto que está sendo avaliado. São imprescindíveis para verificar habilidades no uso da linguagem e da comunicação em geral, proporcionando ocasiões para o docente observar as reações do discente e que são importantes em determinados contextos educacionais.

Provas mistas – permitem agrupar os tipos de prova acima citados. Geralmente, consomem maior carga horária.

PUBLICAÇÃO PERIÓDICA – Publicação em qualquer tipo de suporte, editada em unidades físicas sucessivas, com designações numéricas e/ou cronológicas e destinada a ser continuada indefinidamente.

Q

QUESTIONÁRIO – Instrumento de coleta de dados baseado em uma série de perguntas estruturadas, sobre um determinado tema.

R

REALIMENTAÇÃO – Ver *feedback*.

RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM – Trata-se da criação de oportunidades para o discente reajustar seu processo de aprendizagem. Ocorre durante o desenvolvimento da disciplina na avaliação formativa ou após a aplicação da prova formal (avaliação somativa), quando o discente obtiver nota inferior a cinco, menção insuficiente ou for considerado inapto.

REFERÊNCIA – Conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual.

RELEVÂNCIA – Um instrumento, procedimento ou técnica da avaliação tem relevância quando seus itens estão de fato vinculados aos objetivos específicos dos assuntos. Caracteriza-se pela análise da natureza do comportamento descrito na formulação de objetivos, como base para a seleção dos itens adequados à efetiva avaliação da aprendizagem.

RECONHECIMENTO – Consiste no ato que concede às certificações e diplomações que têm validade nacional, mediante ato de registro, o reconhecimento nacional da qualificação obtida, bem como, é a confirmação da autorização para funcionamento de curso.

RECURSOS INSTRUCIONAIS OU MULTISSENSORIAIS – São meios técnicos que servem de suporte de comunicação, atuando como complemento da expressão de uma idéia, imagem ou informação. Estes permeiam a relação docente - discente e o processo ensino-aprendizagem.

REFORÇO DA APRENDIZAGEM – Criação de oportunidades para o discente reajustar seu processo de aprendizagem. Ocorre durante o desenvolvimento da disciplina, na avaliação formativa, através dos docentes.

REFORÇO POSITIVO – Evento que aumenta a probabilidade de uma resposta específica se repetir, em circunstâncias semelhantes.

REGISTRO – 1. Ato cartorial que reconhece a legalidade e regularidade do diploma e certificado expedidos, bem como do grau e título conferidos. É feito pelo próprio Estabelecimento de ensino que ministra ou vincula o curso ou programa de pós-graduação, no verso do diploma ou certificado correspondente. - 2. É a atribuição, para fins de identificação, de um número permanente a um objeto proveniente de uma acessão, e a escrituração desse número segundo um sistema estabelecido.

RENDIMENTO ESCOLAR – Avaliação qualitativa e/ou quantitativa da forma como o aluno atingiu os objetivos educacionais previstos, nos planos de disciplinas ou planos de estágios.

REQUISITOS COMUNS – São aqueles definidos pelo EME e pelo DEP como imprescindíveis a todo militar do posto ou graduação considerado e devem ter seu desenvolvimento ou aperfeiçoamento iniciados no primeiro momento de todos os cursos.

REQUISITOS ESPECÍFICOS – São aqueles que se referem às peculiaridades da atividade para o qual o militar está sendo habilitado.

RESERVA TÉCNICA – É o local destinado à guarda e preservação do acervo não exposto.

RESTAURAÇÃO – É a ação destinada a tentar trazer um objeto o mais próximo possível de volta à sua aparência original ou à sua aparência numa determinada época, por meio da remoção de acréscimos, adições subseqüentes e/ou pela substituição de partes ou elementos que estejam em falta.

RETIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM – Mostra de prova, onde o docente comenta as questões da prova formal já aplicada e corrigida, procurando sanar as dúvidas e os erros apresentados pelos discentes. A retificação tem carga horária prevista nos planos de disciplinas, no item avaliação da aprendizagem.

RETROALIMENTAÇÃO – Ver *feedback*.

REUNIÃO DE CONSELHO DE ENSINO – Reunião, conduzida pelo comandante para solucionar problemas ligados ao desempenho escolar dos discentes e para estabelecer metas e rumos na condução de determinados procedimentos educacionais. Os membros conselho de ensino devem estar prevista nos regulamentos ou regimentos internos dos estabelecimentos de ensino.

REUNIÃO PEDAGÓGICA – Reunião, conduzida pelo comandante ou por especialistas de ensino por ele designados, para tratar de assuntos relacionados estritamente ao ensino, orientação pedagógica, para práticas educacionais, debates e decisões de vários assuntos que interferem na eficácia do processo ensino-aprendizagem. Devem ser planejadas e conduzidas de acordo com os objetivos propostos. Para isso, uma pauta que contenha os assuntos a serem abordados deverá ser elaborada e remetida a cada um dos participantes, com antecedência. Devem ser

realizadas periodicamente, mínimo de duas reuniões por semestre letivo, com o objetivo de estimular as relações interpessoais e o aprimoramento profissional dos docentes e demais agentes de ensino.

REVISÃO CURRICULAR – A metodologia para elaboração e revisão de currículos consiste em um conjunto de normas e de prescrições que estabelecem uma seqüência metodizada de ações a ser observada pelos estabelecimentos de ensino. Para fundamentar os trabalhos de revisão curricular é recomendável que cada estabelecimento de ensino disponha de um acervo constituído dos questionários avaliativos preenchidos pelos ex-discentes e seus chefes imediatos, bem como, dos relatórios resultantes dos dados coletados, por meio de formulários, junto aos docentes ao término de sua disciplina, e aos discentes.

S

SALA DE EXPOSIÇÕES – É o espaço cultural aberto ao público onde são expostos bens históricos e culturais.

SALA DE TROFÉUS – É o espaço destinado à exposição de troféus que tenham valor histórico para a OM ou para o Exército.

SELEÇÃO PSICOLÓGICA – Ver avaliação psicológica.

SELO NACIONAL – O Selo Nacional é, assim como a Bandeira, o Hino e as Armas Nacionais, um símbolo da Pátria. Ele é constituído por um círculo representando uma esfera celeste, igual ao que se acha no centro da Bandeira Nacional, tendo em volta as palavras República Federativa do Brasil. O Selo é usado para autenticar os atos de governos e bem assim os diplomas e certificados expedidos pelos estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos

SEPARATA – Publicação de parte de um trabalho (artigo de periódico, capítulo de livro, colaborações em coletâneas etc.) mantendo exatamente as mesmas características tipográficas e de formatação da obra original, que recebe uma capa, com as respectivas informações que a vinculam ao todo, e a expressão “separata” em evidências.

SIGLA – Reunião de letras iniciais dos vocábulos fundamentais de uma denominação ou título.

SÍMBOLO – Sinal que substitui o nome de uma coisa ou de uma ação.

SÍTIO HISTÓRICO – Local onde ocorreu algum fato ligado à história do País ou do Exército.

SOCIOMETRIA – Estudo quantitativo das relações sociais, ocupando-se de como os membros do grupo percebem, pensam e sentem a respeito dos demais componentes. Utiliza-se o teste sociométrico para este estudo.

SUMÁRIO – Enumeração das principais divisões, seções e outras partes do trabalho, na mesma ordem e grafia em que a matéria nele se sucede.

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA – Deve ser entendida como uma ação que procura, junto com o corpo docente, coordenadores de série, as seções de ensino e demais órgãos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, melhorar e aperfeiçoar as relações dentro do colégio, visando o aprimoramento deste processo. A supervisão terá seus integrantes na seção de supervisão escolar, subordinada à divisão de ensino ou a subdireção de ensino, e chefiada por um técnico de ensino ou coordenador pedagógico, ou na falta desses, por um militar devidamente habilitado para exercer tal função. Essa seção será responsável pela condução da ação supervisora preconizada nas Normas Internas de Supervisão Escolar da DEPA. Todo o trabalho da supervisão escolar deverá estar calcado nas etapas que a compõe (planejamento, acompanhamento, avaliação e controle), principalmente no aspecto planejamento, onde a participação dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem é extremamente importante. A supervisão pedagógica é um elo com os outros elementos da gestão escolar.

SUPLEMENTO – Documento que se adiciona a outro para ampliá-lo ou aperfeiçoá-lo, sendo sua relação com aquele apenas editorial e não física, podendo ser editado com periodicidade e/ou numeração própria.

SUPRIMENTO – É o reconhecimento, a posterior, de grau ou título de qualquer nível escolar, acadêmico ou profissional, conseqüente da realização, junção ou validação de cursos, pesquisas, publicações e demais experiências profissionais relevantes em escola ou ambiente de trabalho, observadas a compatibilidade de escolaridade e carga horária, bem como o princípio do notório saber.

T

TAXIONOMIA – Classificação científica em categorias, de espécies diversas.

TAXIONOMIA DE OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM – Classificação hierárquica de todos os objetivos de aprendizagem dentro de uma área temática, de acordo com determinados critérios de ordenação. No sistema de ensino, do EB, emprega-se a taxionomia de objetivos educacionais de Benjamim Bloom e as técnicas de operacionalização de objetivos. Devem ser representados sob a forma de resultados de uma ação educacional sistemática nas três áreas cognitiva, afetiva e psicomotora. São registrados no documento de currículo e planos de disciplinas. Estes objetivos são representativos das competências a serem atingidas pelos alunos.

TÉCNICAS DE ENSINO – São procedimentos por meio dos quais os métodos de ensino são operacionalizados, facilitam a transmissão dos conteúdos, enriquecendo a relação docente-discente. Incentivam a aprendizagem e permitem o desenvolvimento de habilidades e competências nos alunos. No T21-250 encontram-se descritas as diferentes técnicas de ensino, sejam individuais ou em grupo. O uso adequado de cada técnica é decorrente da carga horária disponível e do tipo de assunto a ser ministrado.

TEMA TRANSVERSAL – Conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas (disciplinas), isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas. Convém salientar que é necessário um estudo conjunto, por parte de cada escola, para definir como cada disciplina irá tratar os temas transversais e verificar se eles estão sendo suficientemente abordados. Isso não exclui, naturalmente, certa flexibilidade com o planejamento. Temas que tem tamanha relação com a vida, com o cotidiano, certamente aparecem nos momentos mais inesperados e o docente deve estar preparado para não desperdiçar ocasiões que muitas vezes são preciosas.

TEMPO LIVRE – É atividade sem carga horária prevista na grade curricular ou na complementação do ensino, não interferindo no ensino-aprendizagem. Constitui-se das férias, dos feriados, dos fins de semana, das horas noturnas ou diurnas sem atividades de ensino previstas no PGE. É destinada ao descanso, ao lazer e até mesmo ao estudo, se assim desejar o discente. É tempo totalmente do discente, motivo pelo qual o estabelecimento de ensino deve respeitar a sua inviolabilidade,

particularmente quando determinam estudos preliminares e trabalhos a domicílio ou para o alojamento.

TESE – Documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado. Deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor), visando a obtenção do título acadêmico de doutor, ou similar.

TESTE DE SONDA GEM – São instrumentos importantes da avaliação diagnóstica e seguem as mesmas orientações para a construção de provas formais. Porém o docente pode elaborá-los sem necessitar, obrigatoriamente, da orientação da Seção Técnica de Ensino.

TESTE PSICOLÓGICO – É um instrumento de avaliação psicológica e deve ser aplicado por profissional habilitado em psicologia.

TESTE SOCIOMÉTRICO – Instrumento utilizado, na sociometria, para a coleta de dados acerca das aprovações e rejeições manifestadas nas relações de um grupo.

TÍTULO ACADÊMICO – Refere-se ao nível de ensino superior de pós-graduação *stricto sensu* de doutorado, de pós-doutorado e livre docência.

TRABALHO ACADÊMICO – SIMILAR – Documento que representa o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa e outros ministrados. Constitui-se em trabalho elaborado individualmente sobre tema único e feito sob a coordenação de um orientador. Pode ser designado de trabalho de conclusão de curso, trabalho de graduação interdisciplinar e trabalho de conclusão de curso de especialização e/ou aperfeiçoamento.

TRABALHO CIENTÍFICO – É o trabalho elaborado individualmente sobre tema único, específico, delimitado em sua extensão, resultante de pesquisa científica e apresentado na forma de exigência curricular, com estrutura e formas de elaboração e de apresentação preconizadas pelas Normas Técnicas - NBR-14724 da ABNT.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) – Documento que representa o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa e outros ministrados. Constitui-se em trabalho elaborado individualmente sobre tema único e feito sob a coordenação de um orientador.

TRABALHO EM GRUPO – É o método de ensino por meio do qual os alunos interagem na busca do conhecimento e na troca de experiências, com a orientação docente. É um método muito próprio para o desenvolvimento de atributos da área

afetiva. As várias técnicas de trabalho em grupo são descritas no Anexo A, do Manual do Instrutor (T 21-250).

TRABALHO INDIVIDUAL – É o método de ensino por meio do qual os alunos realizam sozinhos suas tarefas da busca do conhecimento, com a orientação docente. As várias técnicas de trabalho individual são descritas no Capítulo 4 do Manual do Instrutor (T 21-250).

TRANSDISCIPLINARIDADE – Diz respeito ao que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de toda disciplina. A abordagem transdisciplinar configura uma nova organização do conhecimento aberto, sem fronteira e que atravessa as disciplinas. Sua finalidade é a compreensão do mundo atual, e um dos imperativos para isso é a unidade do conhecimento, pela qual ela não procura o domínio sobre as várias outras disciplinas, mas a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e as ultrapassa.

TREINAMENTO – Ver adestramento.

TUTORIA – Tem o papel de mediador entre os alunos e os materiais didáticos trabalhados. O corpo de tutores é fundamental na organização do Sistema de Educação a Distância, tendo em vista sua responsabilidade no acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem. Como um dos sujeitos da EAD, cabe ao tutor o acompanhamento sistemático da aprendizagem do aluno e das condições pedagógicas e materiais do curso para que ocorra a aprendizagem.

U

UNIDADE DIDÁTICA (UD) – As disciplinas são organizadas em unidades didáticas que reúnem assuntos estreitamente relacionados entre si e que constituem um todo significativo. A unidade didática deve ter um título que caracterize seu conteúdo de modo objetivo.

V

VALIDADE – Um instrumento ou procedimento de avaliação tem validade quando mede aquilo que realmente pretende medir. Dependendo do objeto a ser medido, escolhe-se um instrumento que permita obter a informação desejada, em função da natureza desse objeto.

VALORES – Normas, princípios ou padrões sociais aceitos e mantidos por um grupo ou sociedade. Devem ter sido desenvolvidos no indivíduo desde a infância e reforçados ao longo da vida militar.

VARIABILIDADE – Os desvios de uma característica ou nota em relação ao valor médio.

VARIÁVEL – É todo fenômeno observável, que pode assumir diversos valores ou medidas, controladas em um experimento.

VOCAÇÃO – Tendência a exercer atividades relacionadas a uma área profissional, que corresponde aos interesses e aptidões do indivíduo.

